

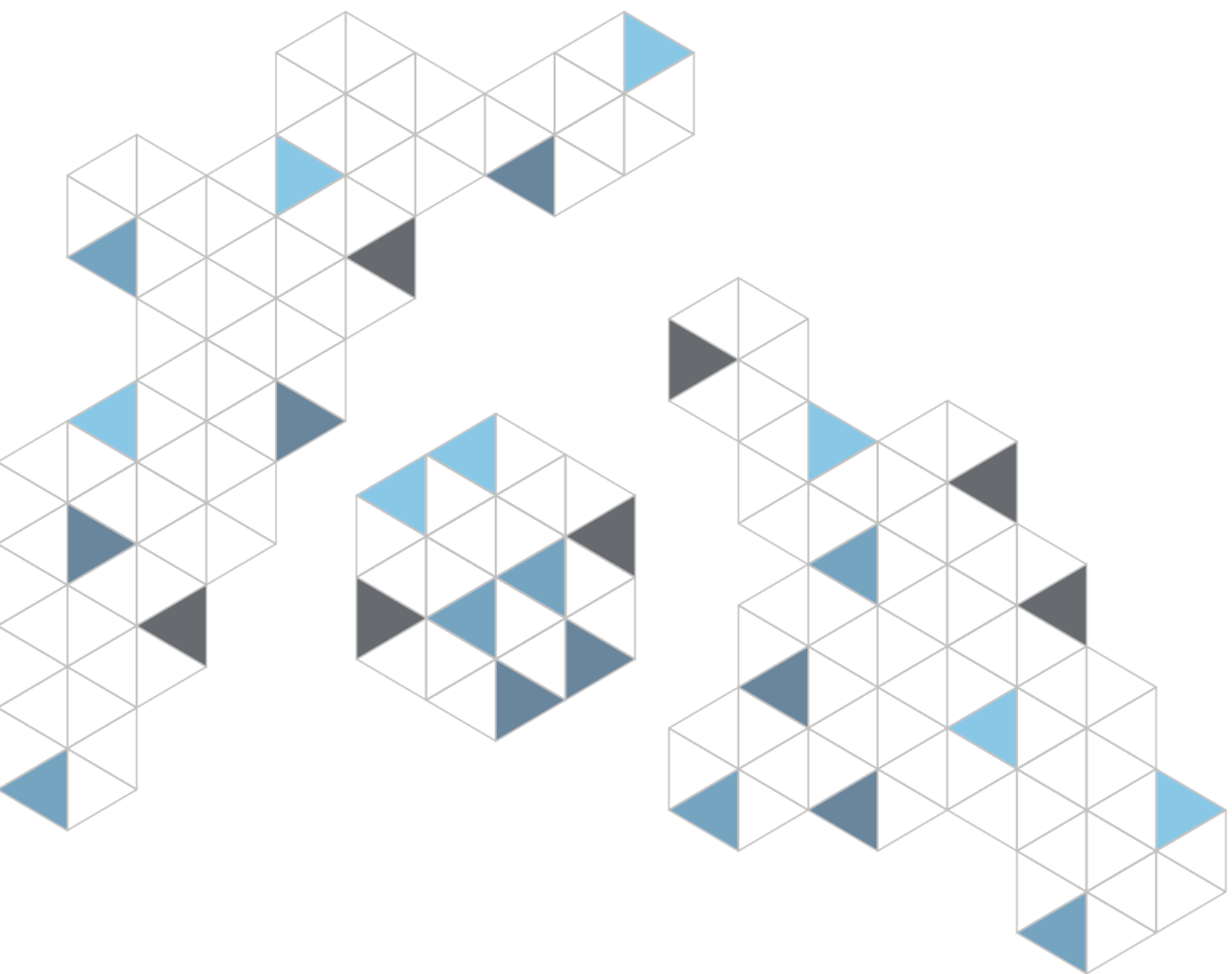
2025

30 de setembro

Relatório de Recomendações

Serviço de Reabilitação Profissional (SRP)

Ciclo CMAP 2024-2025





2025

Serviço de Reabilitação Profissional (SRP)



Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretária Nacional de Planejamento

Virginia de Angelis Oliveira de Paula

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Equipe Técnica

Arte e Design – Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico e design: Viviane Barros

Assistente de design: Ivan Sasha

Aprendizes de design: Manu Queiros e

Douglas Saymom

Informações

E-mail: gabin.sma@planejamento.gov.br

Última alteração: 25 de setembro de 2025.

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento



@gov.br/planejamento



@minplanejamento

Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP

Casa Civil da Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Ministério da Fazenda

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público

Ministério do Planejamento e Orçamento

Apoio ao Conselho

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Escola Nacional de Administração Pública

Secretaria Executiva

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Subsecretário de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas

Rodrigo de Castro Luz

Equipe Técnica

Andréia Rodrigues dos Santos

Antônio Paulo Barea Coutinho

Cíntia Beatriz Fonseca

Luiz Fernando Arantes Paulo

Rodrigo Cesar Bessoni e Silva

Ronan Luiz da Silva

Sérgio Ricardo dos Santos Rosa



Sumário

<i>Sumário</i>	<i>3</i>
<i>Resumo Executivo.....</i>	<i>4</i>
Problema Público.....	4
Oportunidades de Aprimoramento	5
Aspectos Positivos e Boas Práticas	5
<i>Recomendações CMAP</i>	<i>7</i>
<i>APÊNDICE</i>	<i>10</i>



Resumo Executivo

A Reabilitação Profissional é um serviço prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que visa proporcionar às pessoas com deficiência e pessoas com incapacidade para o trabalho a aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para (re)ingresso no campo de trabalho.

O serviço também compreende o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso, e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação profissional.

Atualmente, o Serviço de Reabilitação Profissional (SRP) é definido pelos artigos 89 a 93 da Lei nº 8.213/1991 e regulamentado pelos artigos 136 a 141 do Decreto nº 3.048/1999 (Regulamento da Previdência Social-RPS).

Problema Público

O problema central a ser enfrentado pela política pública foi estabelecido no processo avaliativo como sendo a “*baixa capacidade de (re)inserção no mundo do trabalho de pessoas com deficiência e pessoas com incapacidade para o trabalho*”. Sua caracterização é evidenciada por diversos indicadores que demonstram desvantagens estruturais, como o menor acesso à educação, ao trabalho e à renda, bem como o reduzido preenchimento das vagas legalmente reservadas para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da previdência social em empresas com 100 ou mais empregados.

O SRP visa combater duas causas do problema identificado:

- dificuldade de acesso a tecnologias assistivas para correção, complementação ou promoção de funcionalidade; e
- baixa escolaridade e falta de qualificação profissional adequada para as vagas disponíveis.

Nesse sentido, a política oferta planejamento e preparação profissional que consideram, além do potencial laboral do beneficiário, os requisitos necessários ao exercício das profissões/ocupações e oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. A formação profissional pode incluir o encaminhamento para cursos de qualificação, capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional.

PPA 2024-2027
Programa – 2314
Previdência Social:
Promoção, Garantia de
Direitos e Cidadania

Estudos acadêmicos apontam barreiras estruturais e institucionais que limitam a efetividade do programa. A falta de articulação entre o INSS e serviços públicos como saúde, educação e intermediação de mão de obra é recorrente e compromete a reintegração dos trabalhadores.

Instituições/Entidades
Avaliadoras
Avaliador Externo
Ipea
STN/MF
SMA/MPO
SOF/MPO



Oportunidades de Aprimoramento

Na implementação, observou-se baixa resolutividade e ausência de monitoramento sistemático. Os instrumentos de supervisão, como o Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional (BERP) e as Supervisões Técnicas, apresentam cobertura limitada e pouca capacidade de indução. A gestão da elegibilidade é centralizada na perícia médica, sem considerar de forma adequada as desigualdades sociais e territoriais. A comunicação com os beneficiários é pouco acessível e sem canais efetivos de participação social.

Constatou-se que a pesquisa de fixação não é aplicada à maior parte dos reabilitados. Mesmo quando realizada, observa-se um elevado número de campos não preenchidos, comprometendo a avaliação dos resultados do programa. Além disso, o padrão de respostas evidencia a ausência de controles no fluxo orientador do questionário, a inexistência de regras de validação e consistência e o não aproveitamento de informações já disponíveis nos sistemas do próprio programa de Reabilitação Profissional ou no sistema de benefícios do INSS.

Estudos identificados em revisão de literatura acadêmica revelaram não apenas os efeitos do programa sobre o retorno ao trabalho, mas também os desafios estruturais e operacionais que limitam sua efetividade. Em geral, a taxa de reinserção laboral é baixa: a maioria dos estudos reporta que menos da metade dos reabilitados retorna ao mercado de trabalho, sendo comuns percentuais entre 30% e 50%. Destaca-se a pouca aderência das capacitações oferecidas às condições de saúde do assistido, ao potencial laborativo e à demanda do mercado de trabalho local, o que compromete a aplicabilidade da qualificação adquirida.

No período de 2014 a 2024, os recursos orçamentários disponibilizados ao Programa de Reabilitação Profissional totalizaram R\$ 596,6 milhões (valores corrigidos para dez/24 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA). O comprometimento dos recursos orçamentários – empenho em relação à dotação autorizada, foi da ordem de 92% (R\$ 548,3 milhões). Os valores pagos referentes ao exercício, por sua vez, alcançaram, em média, 69% da dotação empenhada (R\$ 379,6 milhões).

Com fundamento nas evidências da avaliação, foram apresentadas propostas de aprimoramento com foco na articulação interinstitucional entre o INSS e órgãos parceiros, na reformulação do gerenciamento das informações do SRP, no aumento da capacidade de atendimento do Serviço e no fortalecimento da supervisão e monitoramento orientado a resultados.

Aspectos Positivos e Boas Práticas

No campo da governança, merece destaque a reinauguração do Comitê Gestor da Rede Intersectorial de Reabilitação Integral, pela Portaria



2025

Serviço de Reabilitação Profissional (SRP)



PRES/INSS Nº 1.806, de 14 de janeiro de 2025. A iniciativa fortalece a integração e a articulação de políticas voltadas a enfrentar os desafios vividos por pessoas com restrição de funcionalidade, trabalhadores em reabilitação profissional e, especialmente, pessoas com deficiência.



Recomendações CMAP

Recomendação 1: Estabelecer mecanismos para a efetiva articulação com os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social para estabelecer fluxos operacionais, visando ao atendimento integral dos segurados reabilitados, com foco em empregabilidade, qualificação profissional e acesso a tecnologias assistivas.

Destinatários: Ministério da Previdência Social (MPS) e Comitê Gestor da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral.

Evidências que fundamentam a proposta:

1. Fragilidades na articulação interinstitucional e intersetorial e demais serviços das áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social voltados para o atendimento das diversas necessidades dos trabalhadores PcD e com incapacidades/limitações.
2. A desarticulação interinstitucional e intersetorial como uma das principais barreiras à implementação do SRP.
3. A intersetorialidade constitui um desafio para o desenvolvimento de um serviço integral para o PRP. O segurado, o dependente ou a pessoa com deficiência elegível, não raro, são onerados pela desarticulação da política pública, assim como o orçamento federal, pelo paralelismo e sobreposição de ações ou mesmo duplicidade, muito embora nem sempre consigam oferecer satisfação integral para as necessidades complexas do público-alvo do Programa.

As evidências estão detalhadas nas seções de Implementação, Governança e Resultados e Impactos do Relatório de Avaliação.

Recomendação 2: Aprimorar os sistemas informatizados do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP), voltados ao atendimento, à gestão integrada de informações e ao acompanhamento sistemático de todas as etapas da política.



Destinatários: Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Evidências que fundamentam a proposta:

1. O SRP não dispõe de um sistema de monitoramento estruturado, capaz de apoiar a gestão e o aprimoramento da política.
2. Os registros administrativos do processo de reabilitação encontram-se distribuídos em diferentes sistemas internos do INSS, de acesso restrito.
3. Não há integração entre os controles existentes, o que dificulta a consolidação dos dados e a obtenção de informações gerenciais sobre a política.

As evidências estão detalhadas na seção de Desenho do Relatório de Avaliação.

Recomendação 3: Reformular e padronizar a Pesquisa de Fixação no mercado de trabalho como instrumento permanente de monitoramento da efetividade da política.

Destinatário: Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Evidências que fundamentam a proposta:

1. O número de pesquisas de fixação realizadas é baixo e regionalizado e não considera a parcela dos trabalhadores que exercem atividade informal.
2. A pesquisa de fixação no mercado de trabalho, prevista no Decreto nº 3.048/99, não tem sido realizada adequadamente, o que compromete a capacidade do INSS de acompanhar o que acontece após a conclusão formal da RP.
3. A pesquisa de fixação não é aplicada à maior parte dos reabilitados e há um elevado número de campos não preenchidos, comprometendo a avaliação dos resultados do programa. Além disso, o padrão de respostas evidencia a ausência de controles no fluxo orientador do questionário, a inexistência de regras de validação e consistência, e o não aproveitamento de informações já disponíveis nos sistemas do próprio programa de Reabilitação Profissional ou do sistema de benefícios do INSS.

As evidências estão detalhadas nas seções de Desenho, Implementação e Resultados e Impactos do Relatório de Avaliação.



Recomendação 4: Estruturar mecanismos para agilizar a entrega de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e acessórios durante o atendimento da reabilitação profissional.

Destinatário: Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Evidências que fundamentam a proposta:

1. Faltam vagas para agendamento de perícia médica federal, necessária à entrega de órteses e próteses.
2. Dificuldade para o deslocamento de servidores para atender às Gerências Executivas que não contam com fiscais técnicos e peritos, repercutindo na entrega das órteses e próteses.
3. A entrega definitiva do recurso ao reabilitando demora de 3 a 8 meses após recebimento do material.

As evidências estão detalhadas na seção de Execução Orçamentária e Financeira do Relatório de Avaliação.



APÊNDICE

São apresentadas, neste apêndice, propostas de aprimoramento sugeridas pelas equipes de avaliação que foram classificadas como complementares pelos Comitês técnicos (CMAS ou CMAG), não sendo levadas à apreciação pelo Conselho. Nesse sentido, são propostas que não gozam da chancela do CMAP e, portanto, não terão sua eventual implementação acompanhada pelo colegiado.

Proposta 1: Aperfeiçoar os mecanismos de gestão da informação do Serviço de Reabilitação Profissional, com foco na qualificação dos dados para monitoramento e avaliação.

Destinatário: Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Proposta 2: Realizar o acompanhamento administrativo do custo total de cada beneficiário cliente do Programa de Reabilitação Profissional (PRP) considerando não apenas os valores empenhados, mas também os benefícios pagos pelo INSS e a despesa de pessoal e de infraestrutura relacionada.

Destinatário: Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Proposta 3: Propor mecanismos de governança intersetorial com os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social, voltados para a supervisão técnica, integração de esforços institucionais e ampliação da comunicação interna e da escuta ativa das equipes de ponta.

Destinatário: Ministério da Previdência Social (MPS) e Comitê Gestor da Rede Intersectorial de Reabilitação Integral